



## Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

# Documento Nº

# 128659/24

**EXERCÍCIO:** 2024

**SUBCATEGORIA:** Licitações

**JURISDICIONADO:** Câmara Municipal de São José de Caiana

**DATA DE ENTRADA:** 22/11/2024

**ASSUNTO:** Licitação - 00009/2024 - Dispensa (Lei Nº 14.133/2021) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA PB.

**INTERESSADOS:** Helio Dael Araujo Guilhermino



**SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA**  
SERVIÇOS DE ADMINISTRATIVOS

**PROPOSTA DE PREÇO**  
**À CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DE CAIANA/PB**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**

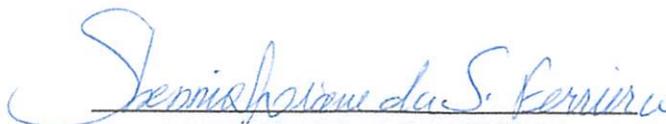
Conforme solicitado encaminhamos nossa Proposta de Preço dos serviços abaixo especificados para atender as necessidades da Câmara Municipal do município de São Jose de Caiana.

CÓD	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUNT	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
01	Prestação de serviços Implantação e parametrização Sistema apropriado das informações obrigatórias da EFD-REINF.	MÊS	12	2.000,00	24.000,00
<b>Total</b>					<b>24.000,00</b>

**VALOR TOTAL: 24.000,00**

Validade da Proposta: 60 dias

Itaporanga-PB, 17 de setembro de 2024.

  
SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

Rua Major Serafim, 179 – Bela Vista – Itaporanga-PB- CEP 58.780-000  
CNPJ. 53.582.026/0001-51  
EMAIL: shennialsf@gmail.com



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

**PROCESSO LICITATÓRIO 023/2024**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.

**PARECER JURÍDICO**

Vêm a esta Assessoria Jurídica, para exame e emissão de Parecer, o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009/2024**.

Por intermédio do encaminhamento datado de 18 de setembro de 2024, pela Comissão Permanente de Licitação, submete a esta Consultoria Jurídica o processo em referência, para que sejam examinados a minuta de contrato e os procedimentos adotados no processo de dispensa de licitação.

Necessário é a preocupação em agir corretamente se, em relação a esses procedimentos, existem óbices em face das Leis ns. 14.133/21, 9.504/97 e LC 101/2000. Onde a Dispensa decorre de várias possibilidades, aqui se trata de contratação de terceiro, dentro do valor permitido por lei que pode afastar o processo licitatório, uma situação anormal da regra que é licitar, gerando assim exceção da regra do procedimento competitivo da lei 14.133/21.

Assim, existe situações específicas que um valor mais baixo supre a necessidade do município. Afasta então a obrigatoriedade de licitar, um procedimento que demanda tempo, e despesa ao município, uma vez que a CPL ou pregoeiro iriam se dedicar a feitura de um processo, além dos gastos que são efetuados com suas publicações de uma licitação. Assim seria na corriqueira frase popular “uma perda de tempo e dinheiro”, diante de tantas necessidades de um município, onde praticamente todas suas ações necessitam de previa licitação, não há bom senso em se realizar um processo licitatório complexo para uma contratação que não ultrapassa R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). No novo valor utilizado com atual lei também vigente.

Segundo a Lei Federal 14.133/21, ao “dispensar” de tal formalidade licitatória as contratações desse valor.

Vejamos in verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Entretanto, há de se ter uma atenção especial ao fato. Essas contratações devido ao valor baixo podem ocorrer, desde que não há outras contratações de igual natureza, pois do contrário teríamos um fracionamento de licitação. Assim, não se pode realizar ainda nesse ano orçamentário contratação idêntica novamente por dispensa de valor, onde essa próxima obrigatoriamente tem que se dá pelo devido processo licitatório, ainda que seja também de valor abaixo de oito mil reais. Debate esse tema de fracionamento o TCU, onde aponta o disposto nos arts. 8º, 15, §7º, inciso II; e 23, §§ 1º a 5º da Lei nº 8.666/1993, que trata da programação da despesa pelo total para todo o exercício financeiro, em atenção ao princípio da anualidade do orçamento. Onde as despesas constantes devem ser programadas e licitadas, do inverso haverá fracionamentos o que é fato ilícito de despesa (Acórdão 3373/2006 – 1ª Câmara, de 21.11.06 Classe: VI - Relator: Ministro Augusto Nardes - FISCALIZAÇÃO – REPRESENTAÇÃO.)



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

A utilização da lei nova orientada e justificada pelo assessor de plenário competente. Considerando que houve ETP, pesquisas buscadas em sites, não há o que esta assessoria negar sua existência ou de sua não utilização.

Para a efetiva despesa é salutar que seja formalizado a escolha para o então pagamento, por um procedimento de dispensa de licitação. Ato formal que deixará claro a cumprimento de alguns requisitos que viabilizou esse tipo de contratação direta.

Vejamos:

- a) ser a despesa de valor não superior a 10% do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/21, ou seja, do Decreto nº 9.412/2018 não superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), casos excetuados de engenharia, que o valor será maior;
- b) juntar a pesquisa de mercado que justifica a escolha e o valor a ser pago
- c) observar a regularidade jurídica, fiscal e econômica se está de acordo com as exigências da lei.
- d) não constituir a despesa parcela de uma outra contratação de maior vulto que possa ser realizada de um só vez.

Tudo para justificar a permanência dos princípios constitucionais quando não usada a lei de licitações, registra-se a importância do preenchimento de tais requisitos.

Analisada a matéria luz, passo a decidir: baseado em argumentos, documentos da licitante e fundamentado na lei de licitações, opino pela contratação da empresa SERVCON - SERVIÇOS E CONSULTORIA CONTABIL EIRELI, CNPJ Nº 13.088.113/0001-32, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 143, 2º andar, Itaporanga - PB, com o valor global de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por um período de 04 (quatro) meses.

Recomendando que sejam juntadas aos autos cópias da publicação dos extratos e a informação do processo ao TCE/PB.

Enfim, aqui está demonstrada a necessidade que justifica a contratação por meio de dispensa de licitação, por todos os atos acima expostos.

É o nosso PARECER.

São José de Caiana (PB), 18 de setembro de 2024.

**Diorgennes Kaio Xavier da Silva**  
**Consultor Jurídico**  
**Advogado OAB-PB 24.774**



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
"CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
CNPJ: 24.508.343/0001-20

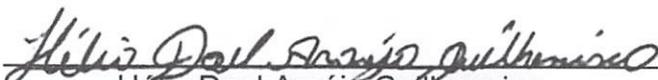
## DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

Sirvo-me do presente para autorizar a Comissão Permanente de Licitação, a tomar as pertinentes providências para a abertura de processo licitatório, na modalidade exigida pela legislação em vigor, com objetivo:

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA–PB.**

Por conseguinte, E encaminho nos termos da Lei 14.133/21 c/c art. 16 e 17 da LC 101/2000, o presente processo a **TESOURARIA** para constatar a verificar e existência de previsão orçamentária, bem como para declarar a disponibilidade financeira para fins de pagamento.

São José de Caiana - PB, em 18 de setembro de 2024.

  
Hélio Dael Araújo Guimhermino

**Presidente da Câmara do Município de São José de Caiana - PB.**



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

### DESPACHO ORÇAMENTÁRIO

**SENHOR PRESIDENTE;**

Vistos etc...

**REF.: PROCESSO LICITATÓRIO POR DISPENSA Nº 009/2024**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.

Atendendo a vossa solicitação quanto a disponibilidade financeira e dotação orçamentaria, declaro a existência de o valor mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para pagamento da despesa mencionada anteriormente, conforme rubrica orçamentária a seguir especificada:

As despesas conforme especificações no processo de Dispensa de nº 009/2024 são compatíveis com Orçamento de 2024.

01.010 Câmara Municipal;  
 01 031 2001 2001- Manutenção das Atividades Legislativas;  
 Objetivo: Manutenção das Atividades Legislativas  
 1.500.1000 Recursos não Vinculados de Impostos  
 Elemento de despesa 3390.3599 SERVIÇOS DE CONSULTORIA  
 3390.3999 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Declaro** a existência de disponibilidade Orçamentária e financeira, proveniente do Orçamento da Câmara de São José de Caiana – PB, com recursos próprios - Recursos Próprio-OUTROS/OUTROS/DIVERSOS do Objeto deste processo.

São José de Caiana - PB, em 18 de setembro de 2024.

  
 MANUEL LEITE FERREIRA  
 TESOUREIRO



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### **INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este documento consiste em Estudos Preliminares necessários para assegurar a viabilidade da contratação, mensurar os riscos, determinar uma estratégia para a contratação, fornecer subsídios para a elaboração do Termo de Referência, bem como definir um plano de sustentação para a solução contratada.

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.

### **1. SOLUÇÃO DE TI A SER CONTRATADA/ADQUIRIDA**

Com a contratação relacionada a este processo, espera-se com a solução a ser adquirida, sendo eles serviços técnicos especializados para atender às demandas e necessidades da Câmara Municipal de São José de Caiana – PB.

### **2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Levando em consideração o início de um novo ano, uma vez, que a Câmara Municipal necessita dos serviços técnicos especializados, para atender todas as necessidades desta casa legislativa e com isso, dar continuidade aos trabalhos continuados que estão sendo desenvolvidos por essa administração pública, vemos como necessário a instauração de processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada nos serviços em questão.

Diante do exposto, concluímos que a contratação do objeto, ora em tela, é imprescindível para darmos continuidade nas atribuições inerentes à administração pública para que ocorra o bom funcionamento dos serviços essenciais ao desenvolvimento desta gestão, que continuará trazendo benefícios diretos e indiretos *serviços dessa câmara municipal em geral, sendo possível estabelecer o padrão que se pretende de forma objetiva por meio das especificações usualmente empregadas por fornecedores do ramo.*

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Apresentação de pelo menos 01(um) Atestado (s) de Capacidade Técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel que identifique o(s) mesmo(s), assinados, datados e os signatários devidamente identificados com o nome completo e cargo, que comprove que a empresa licitante forneceu/ou fornece em quantidades e características similares ao objeto desta licitação;

O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito privado deverá constar firma reconhecida em cartório;

A (o) agente de contratação poderá solicitar a qualquer momento documentos que comprovem o atestado de capacidade técnica podendo ser nota fiscal ou contratos firmados com administração pública ou privada. Licença de funcionamento Estadual ou Municipal em vigor do ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, emitido pelo Órgão competente, que comprove que a Empresa licitante foi vistoriada pelo órgão competente, seja, estadual ou Municipal, ou pelo Serviço de Inspeção Federal ou Estadual ou Municipal do Setor competente no prazo estabelecido, oficialmente demonstrando que está apta para o seu funcionamento regular;

*Poderão ser exigidos outros documentos de Comprovação de Qualificação Técnica, caso necessário.*

### **4. NATUREZA DO BEM COMUM**

O item que compõem o objeto do presente termo enquadram-se na categoria de serviços técnicos, conforme definições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em razão dos padrões de qualidade ser consolidado como usuais de mercado. O objeto poderá ser licitado na modalidade de Dispensa de Licitação.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

### 5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

A contratação dos serviços técnicos especializados do objeto deverá ser de fundamental importância, sendo aplicadas todas as normas e exigências da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras legislações pertinentes.

### 6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico 3 deste ETP.

### 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme acima exposto, realizou-se levantamento no âmbito desta Câmara Municipal, a fim de identificar a necessidade do serviço a ser contratado.

Ressalta-se que esse levantamento levou em consideração fatores quanto à finalidade na contratação dos serviços. Assim, tem-se a previsibilidade de contratação dos seguintes quantitativos:

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meios de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com intuito de identificar existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da administração e as identificadas, quando possível e considerada viáveis, foram incorporadas na contratação e análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga a que se pretende adotar pela administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

### 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para uma precisa estimativa de valores do objeto desta contratação, a equipe de compras, utilizará como parâmetro legal a IN 73/2020, como fonte de pesquisa utilizará:

Do Art. 5º inciso I e II, Painel de Preços (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>), aquisições e contratações similares de outros entes públicos, no qual está demonstrado no quando de Mapa de Preços para composição da média de mercado.

Para compor uma estimativa de mercado também na realidade das empresas fornecedoras, será realizado pedidos de preços junto aos fornecedores, mediante contato direto para apresentação de orçamentos prévios, para obter uma média de valor mais coerente com a realidade de mercado do objeto deste processo licitatório. Nos termos da norma vigente deverá fazer parte do instrumento convocatório, na forma de anexo, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, devendo ser indicado, ainda, o critério de aceitabilidade dos preços unitário global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixa de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto no mesmo diploma legal.

Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, guardadas as suas características a particularidades, obtidos mediante consulta efetuada a outras entidades públicas, setoriais e de classes, bem como os preços praticados no mercado para atividades similares, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
i	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.	MÊS	04	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00

**A estimativa preliminar total e equivalente a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

### 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação dos serviços técnicos especializados se dará por item gerando competitividade e economicidade no momento da licitação.

### 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há, contratações correlatas.

### 11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI COMO UM TODO

Diante da necessidade de contratação dos serviços técnicos especializados de para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB, buscou-se utilizar a centralização de contratação de serviços técnicos especializados para atender as necessidades e demandas da Câmara Municipal. Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo, redução de tempo e de retrabalho, ganho de escala, em virtude do volume, e tornando a contratação mais atrativa para o mercado, despertando, assim, maior interesse dos fornecedores.

Os serviços adquiridos enquadram-se como serviço técnico, nos termos Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Dispensa de Licitação. Assim, a contratação dos serviços técnicos especializados mostra-se viável na modalidade de licitação por Dispensa e julgamento por Menor Preço por global.

Os serviços deveram ser realizados de forma profissional e eficaz, ou seja, em perfeitas condições.

### 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A Câmara Municipal de São José de Caiana, ao planejar a contratação dos serviços técnicos especializados, almeja alcançar uma série de resultados significativos e benéficos para a comunidade e para a administração pública. Esses resultados são fundamentais para garantir que os objetivos da câmara municipal estejam alinhados com as necessidades do bom funcionamento da câmara, promovendo assim, a continuidade dos trabalhos, promovendo a efetividade das atividades legislativas.

A principal meta desta contratação dos serviços técnicos especializados é garantir a continuidade das atividades desta casa legislativa. Isso é especialmente importante em instituições e órgãos para o desenvolvimento das atividades legislativas e populacionais.

### 13. ÁREA REQUISITANTE

A presente demanda está sendo solicitada pelo Diretor Legislativo dessa Câmara Municipal de São José de Caiana - PB, sob responsabilidade do Ilustríssimo Senhor José Leite Ferreira.

### 14. MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Questionamentos excessivos na licitação.	Baixa	Baixa
Preços inexequíveis	Média	Alto
Contratada se recusar a assinar o contrato.	Baixa	Alto
Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.	Baixa	Alto
Fornecimento de produtos sem qualidade	Baixa	Alto



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

**Riscos do processo de contratação e da execução**

<b>RISCO 1</b>	<b>QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS NA LICITAÇÃO</b>
Probabilidade	Baixa
Impacto	Baixa
Dano	Legitimidade de a licitação ser colocada em questão
Ação Preventiva	- Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Termo de Referência e atentar à legislação vigente.
Ação de Contingência	- Estudar e aplicar a legislação ao caso concreto.
<b>RISCO 2</b>	<b>Preços inexequíveis</b>
Probabilidade	Média
Impacto	Alto
Dano	Inexecução do contrato
Ação Preventiva	Inserir no edital os limites para presunção da inexequibilidade.

Ação de Contingência	Advertir durante a sessão os licitantes que aparentemente estão mergulhando nos preços e após a fase de lances, caso os preços estejam abaixo do limite estabelecido para presunção da inexequibilidade, diligenciar no intuito de saber se o fornecedor consegue fornecer o objeto.
<b>RISCO 3</b>	<b>Contratada se recusar a assinar o contrato.</b>
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	A(s) contratada(s) podem não assinar o(s) contrato(s) devido a prática de mergulho.
Ação Preventiva	Definir punição no Termo de Referência para empresa contratada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.
Ação de Contingência	Convocar novo fornecedor e punir os licitantes que descumpriram a avença.
<b>RISCO 3</b>	<b>Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.</b>
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Atraso nos fornecimentos
Ação Preventiva	Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos fornecimentos a serem prestados. - Colocar regra no Termo de Referência que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a segunda colocada poderá ser contratada. - Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao contratado.
Ação de Contingência	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.
<b>RISCO 4</b>	<b>Prestação de serviços sem qualidade</b>
Probabilidade	Baixo
Impacto	Alto
Dano	Prejuízos financeiros e risco à qualidade dos produtos
Ação Preventiva	Exigência de comprovação de qualificação técnica da contratada, certificação dos produtos.
Ação de Contingência	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.

**15. INDICAÇÃO DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO/CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS COM OS PLANEJAMENTOS DO TST, QUANDO HOVER.**



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
"CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
CNPJ: 24.508.343/0001-20

A presente contratação dos serviços técnicos especializados está alinhada com o Planejamento Estratégico na Perspectiva Recursos, bem como com o plano orçamentário para o exercício de 2024.

A contratação dos serviços técnicos especializados está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

#### 16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Após uma análise minuciosa e abrangente, é com satisfação que apresentamos este relatório de viabilidade, atestando a viabilidade da **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.**

São José de Caiana – PB, 18 de setembro de 2024.



MARIA GOMES DOS SANTOS  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
"CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
CNPJ: 24.508.343/0001-20

**SOLICITAÇÃO**  
**GABINETE DO PRESIDENTE**

**OFÍCIO CMSJC/CPL Nº. 023/2024**

**Para:** Ilmo. Senhor Presidente,  
Hélio Dael Araújo Guilhermino  
Presidente da Câmara do Município de São José De Caiana - PB.

**Sr. Presidente,**

Considerando que depois de pesquisas feitas através de consulta e que após tal para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB**, fica declarado como vencedor pelo menor preço global da empresa - **SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA-ME**, CNPJ nº **53.582.026/0001-51**, localizado na Rua Major Serafim, 179, Bela Vista, Itaporanga - PB, com o valor global de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Considerando que para a Câmara Municipal, torna-se indispensável ao serviço prestados à população, quanto as atividades do legislativo, tendo em vista que não há um servidor qualificado para exercer tal função e visando à prestação efetiva e segura nos atos da administração pública, para melhor, assim se ver a Câmara Municipal obrigado a licitar por dispensa essa quantidade e valor;

Considerando que será aguardado o fim de 2024 com a necessidade ao serviço solicitado consequente, vê-se a que a contratação direta e não contratação dos serviços técnicos especializados é o mais eficiente a realizar pela atual vigência da Lei 14.133/21

Considerando também que de acordo com as pesquisas de preço em anexo a este processo provam ser o senhor denominada de vencedora pelo menor preço;

Em utilizar a nova lei foi realizado previamente um Estudo Técnico Preliminar;

Assim, diante o exposto solicito autorização para realização da contratação acima citado;

Segue em anexo as certidões.

Atenciosamente;

São José de Caiana – PB, 18 de setembro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
JOSE LEITE FERREIRA  
ASSESSOR DE PLENÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

**SOLICITAÇÃO**  
**GABINETE DO PRESIDENTE**

**OFÍCIO CMSJC/CPL Nº. 023/2024**

**Para:** Ilmo. Senhor Presidente,  
 Hélio Dael Araújo Guilhermino  
 Presidente da Câmara do Município de São José De Caiana - PB.

**Sr. Presidente,**

Considerando que depois de pesquisas feitas através de consulta e que após tal para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB**, fica declarado como vencedor pelo menor preço global da empresa - **SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA-ME, CNPJ nº 53.582.026/0001-51**, localizado na Rua Major Serafim, 179, Bela Vista, Itaporanga - PB, com o valor global de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Considerando que para a Câmara Municipal, torna-se indispensável ao serviço prestados à população, quanto as atividades do legislativo, tendo em vista que não há um servidor qualificado para exercer tal função e visando à prestação efetiva e segura nos atos da administração pública, para melhor, assim se ver a Câmara Municipal obrigado a licitar por dispensa essa quantidade e valor;

Considerando que será aguardado o fim de 2024 com a necessidade ao serviço solicitado consequente, vê-se a que a contratação direta e não contratação dos serviços técnicos especializados é o mais eficiente a realizar pela atual vigência da Lei 14.133/21

Considerando também que de acordo com as pesquisas de preço em anexo a este processo provam ser o senhor denominada de vencedora pelo menor preço;

Em utilizar a nova lei foi realizado previamente um Estudo Técnico Preliminar;

Assim, diante o exposto solicito autorização para realização da contratação acima citado;

Segue em anexo as certidões.

Atenciosamente;

São José de Caiana – PB, 18 de setembro de 2024.

  
 \_\_\_\_\_  
 JOSÉ LEITE FERREIRA  
 ASSESSOR DE PLENÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

**SOLICITAÇÃO**  
**GABINETE DO PRESIDENTE**

**OFÍCIO CMSJC/CPL Nº. 023/2024**

**Para:** Ilmo. Senhor Presidente,  
 Hélio Dael Araújo Guilhermino  
 Presidente da Câmara do Município de São José De Caiana - PB.

**Sr. Presidente,**

Considerando que depois de pesquisas feitas através de consulta e que após tal para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB**, fica declarado como vencedor pelo menor preço global da empresa - **SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA-ME, CNPJ nº 53.582.026/0001-51**, localizado na Rua Major Serafim, 179, Bela Vista, Itaporanga - PB, com o valor global de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Considerando que para a Câmara Municipal, torna-se indispensável ao serviço prestados à população, quanto as atividades do legislativo, tendo em vista que não há um servidor qualificado para exercer tal função e visando à prestação efetiva e segura nos atos da administração pública, para melhor, assim se ver a Câmara Municipal obrigado a licitar por dispensa essa quantidade e valor;

Considerando que será aguardado o fim de 2024 com a necessidade ao serviço solicitado consequente, vê-se a que a contratação direta e não contratação dos serviços técnicos especializados é o mais eficiente a realizar pela atual vigência da Lei 14.133/21

Considerando também que de acordo com as pesquisas de preço em anexo a este processo provam ser o senhor denominada de vencedora pelo menor preço;

Em utilizar a nova lei foi realizado previamente um Estudo Técnico Preliminar;

Assim, diante o exposto solicito autorização para realização da contratação acima citado;

Segue em anexo as certidões.

Atenciosamente;

São José de Caiana – PB, 18 de setembro de 2024.

  
 \_\_\_\_\_  
 JOSÉ LEITE FERREIRA  
 ASSESSOR DE PLENÁRIO



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

### DESPACHO ORÇAMENTÁRIO

**SENHOR PRESIDENTE;**

Vistos etc...

**REF.: PROCESSO LICITATÓRIO POR DISPENSA Nº 009/2024**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.

Atendendo a vossa solicitação quanto a disponibilidade financeira e dotação orçamentaria, declaro a existência de o valor mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para pagamento da despesa mencionada anteriormente, conforme rubrica orçamentária a seguir especificada:

As despesas conforme especificações no processo de Dispensa de nº 009/2024 são compatíveis com Orçamento de 2024.

01.010 Câmara Municipal;  
 01 031 2001 2001- Manutenção das Atividades Legislativas;  
 Objetivo: Manutenção das Atividades Legislativas  
 1.500.1000 Recursos não Vinculados de Impostos  
 Elemento de despesa 3390.3599 SERVIÇOS DE CONSULTORIA  
 3390.3999 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Declaro** a existência de disponibilidade Orçamentária e financeira, proveniente do Orçamento da Câmara de São José de Caiana – PB, com recursos próprios - Recursos Próprio-OUTROS/OUTROS/DIVERSOS do Objeto deste processo.

São José de Caiana - PB, em 18 de setembro de 2024.

  
 MANUEL LEITE FERREIRA  
 TESOUREIRO



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1.0 DO OBJETO

**1.1** Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.**

## 2.0 JUSTIFICATIVA

### 2.1 Para a contratação dos serviços técnicos especializados:

**2.1.1** A contratação dos serviços técnicos especializados acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida contratação dos serviços técnicos especializados para suprir demanda específica na contratação dos serviços em tela, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

Diante da necessidade de contratação dos serviços técnicos especializados, para o ano de 2024, buscou-se utilizar a centralização de contratação dos serviços de mesma natureza e de demandas de setores distintos.

Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo, redução de tempo e de retrabalho, ganho de escala, em virtude do volume, e tornando a contratação mais atrativa para o mercado, despertando, assim, maior interesse dos fornecedores.

Os serviços adquiridos enquadram-se como serviço técnico, nos termos Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Dispensa de Licitação. Assim, a contratação dos serviços técnicos especializados mostra-se viável na modalidade de licitação por Dispensa de Licitação e julgamento por Menor Preço por item.

## 3.0 DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

**3.1** As características e especificações do objeto da referida contratação dos serviços técnicos especializados são:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.	Mês	04

## 4.0 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

**4.1** Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e Simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estar presente a condição prevista no inciso IV, do Art. 49, do mesmo diploma legal: Segundo o art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, Art. 75, caput, inciso II passa a ser R\$ 59.906,02. (Era: Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras). DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

**4.2** No processo, portanto, deverá ser considerado quaisquer fornecedor ou executante em potencial que se enquadre nos requisitos da norma para as hipóteses de dispensa de licitação, inclusive as Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

B - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

C - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

D - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

E - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

F - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

G - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;
- b) Notificar a Contratada, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;
- c) Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento ou a entrega efetivamente realizada, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- d) Proporcionar ao Contratado os meios necessários para o fiel cumprimento do contrato;
- e) Notificar ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

## **7.0 DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de para a início dos serviços é de 01(um) dia após a assinatura do contrato, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO emitida pelo ente demandante.

7.2 O presente contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2024, poderá ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da administração, de conformidade com o art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, e desde que observados o art. 108 da mencionada lei.

## **8.0 DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO**

O preço proposto será fixo e irrevogável, salvo casos específicos e presentes na Lei nº 14.133/21.

## **9.0 DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de (30) trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

## **10.0 DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.1 Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a relação dos documentos essenciais limitar-se-á a definida na Lei Federal 14.133/2021.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

### **11.0 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**11.1** Executada a presente contratação dos serviços técnicos especializados e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições da Lei Federal 14.133/2021.

**11.2** O prazo de para a início dos serviços é de 01(um) dia após a assinatura do contrato, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA/FORNECIMENTO emitida pelo ente demandante.

### **12.0 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

**12.1** Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

### **13.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.2.1.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.2.3.** A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**13.2.4.** A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

**13.2.5.** A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Câmara Municipal de SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB, pelo prazo de 3 (três) anos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

**13.2.6.** A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**13.2.7.** A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

**13.2.8.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. Deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

**13.2.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.2.10.** A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**13.2.11.** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. Deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.2.12.** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. Requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

#### **14.0 DO FORO**

**14.1** Fica eleito o FORO da cidade de Itaporanga/PB, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato.

**14.2** E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (DUAS) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

São José de Caiana – PB, 18 de setembro de 2024.

  
 \_\_\_\_\_  
**JOSE LEITE FERREIRA**  
**ASSESSOR DE PLENÁRIO**



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 22/11/2024 às 17:39:13 foi protocolizado o documento sob o Nº 128659/24 da subcategoria Licitações , exercício 2024, referente a(o) Câmara Municipal de São José de Caiana, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Helio Dael Araujo Guilhermino.

Jurisdicionado: Câmara Municipal de São José de Caiana

Número da Licitação: 00009/2024

Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município

Data de Homologação: 18/09/2024

Responsável pela Homologação: Câmara Municipal de São José de Caiana

Modalidade: Dispensa (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor: R\$ 8.000,00

Fontes de Recursos: Recursos não Vinculados de Impostos (500).

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA PB.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 43

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 8.000,00

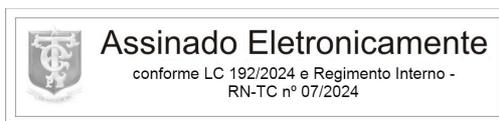
Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): 53.582.026 Shennia Liane da Silva Ferreira

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 53.582.026/0001-51

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	e8a94a1a402022f232e5d2fe9535a7fa
Autorização da autoridade competente	Sim	6c91fb7434bac8bf60953534a67f29fc
Estimativa da despesa	Sim	9b625427d7179e4acc222b3a011e4e56
Estudo Técnico Preliminar	Sim	569f6f8613135f9d659f9a614fe9d39a
Formalização de demanda	Sim	daaa24bc41c7d84989ee8c93f02c5a02
Justificativa de preço	Sim	daaa24bc41c7d84989ee8c93f02c5a02
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	daaa24bc41c7d84989ee8c93f02c5a02
Previsão Orçamentária	Sim	9b625427d7179e4acc222b3a011e4e56
Projeto básico ou termo de referência, conforme o caso	Sim	7bb7b652c59ff52819d89924b927ad71
Proposta 1 - Proposta e Anexos - 53.582.026 Shennia Liane da Silva Ferreira	Sim	1471f0398fffc154903374b356eafd3d

**João Pessoa, 22 de Novembro de 2024**



**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

**CONTRATO/CMSJC Nº. 023/2024**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB** E A EMPRESA **SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA- ME, CNPJ Nº 53.582.026/0001-51**, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA, ESTADO DA PARAÍBA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 24.508.343/0001-20, com sede na Av. Prefeito Anatalício Lopes Da Silva, 109, Centro, CEP: 58.784-000, cidade de São José de Caiana/PB neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Hélio Dael Araújo Guilhermino, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa - **SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA-ME, CNPJ nº 53.582.026/0001-51**, localizado na Rua Major Serafim, 179, Bela Vista, Itaporanga -PB, com sua representante senhor , Shennia Liane da Silva Ferreira, portador do CPF nº 048.270.894-85, doravante denominada **CONTRATADO**, celebram o presente contrato tendo em vista as condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:**

Este contrato decorre da licitação modalidade. **DISPENSA Nº 009/2024**, processada nos termos do Art. 89, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.	Mês	04	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00

A realização dos serviços deverá ser de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta, instruções do Contratante e do instrumento convocatório. **Dispensa 009/2024**, partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:**

Os preços contratados poderão ser revisados de acordo com Art. 6, e demais artigo relativos, da Lei 14.133/21. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 75, II, da Lei 14.133/21, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:

**FONTE DE RECURSO:** O pagamento da mensalidade correrá por conta do Orçamento Programa da **CONTRATANTE**, Os recursos serão oriundos do Orçamento de 2024, com recursos próprios/FPM/ICMS:

01.010 Câmara Municipal;

01 031 2001 2001- Manutenção das Atividades Legislativas;

Objetivo: Manutenção das Atividades Legislativas

1.500.1000 Recursos não Vinculados de Impostos

Elemento de despesa 3390.3599 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

3390.3999 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**“CASA JOÃO LEITE DE LACERDA”**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Mensalmente, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:**

O prazo de para a início dos serviços é de 01(um) dia após a assinatura do contrato

O prazo de vigência do presente contrato será até 31 (trinta e um) de dezembro de 2024, considerado da data de sua assinatura.

A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, conforme o disposto no Art. 105, inciso I, da Lei 14.133/21, observadas as características do objeto contratado.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

A - Efetuar o pagamento relativo à realização mensal dos serviços, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

B - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel da realização do serviço contratado;

C - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

A - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

B - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

C - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

D - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

E - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

F - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

G - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

H – Os serviços compreendem na prestação de serviços de implantação, parametrização, sistema apropriado das informações obrigatórias do EFD – REINF, para atender as necessidades da Câmara de São José de Caiana– PB.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, sem qualquer penalidade ou indenização, mediante notificação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, devendo, no entanto, serem cumpridas as obrigações pendentes da parte notificante até a data da rescisão.

10.1.O presente contrato também poderá ser rescindido na hipótese de infração de qualquer das cláusulas e condições nele estabelecidas, e na forma regulada pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, independentemente de responder a parte infratora por perdas e danos, e o pagamento da multa contratual, que não é compensatória, aqui de comum acordo estabelecida em 20% (vinte por cento) sobre o seu valor, que corresponde ao preço.

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 124 e será extinto, de pleno direito, conforme o disposto no Art. 137 da Lei Federal 14.133/21.

(a) por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE;

(b) amigável, por acordo entre as partes ou

(c) judicial, nos termos da legislação.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
**"CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"**  
**CNPJ: 24.508.343/0001-20**

10.3. Em caso de rescisão administrativa do contrato, a CONTRATADA se obriga a permanecer dando atendimento pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da atada comunicação da rescisão por escrito, facultado ao CONTRATANTE a dispensa da permanência do atendimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Itaporanga - PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São José de Caiana-PB, em 18 de setembro de 2024.

*Helio Dael Araujo Guilhermino*

HELIO DAEL ARAUJO GUILHERMINO  
 PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
 SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB.  
**CONTRATANTE**

*Shennia Liane da Silva Ferreira*

SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA,  
 CNPJ Nº 53.582.026/0001-51,  
 Shennia Liane da Silva Ferreira  
 CPF n °048.270.894-85  
**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

*Jonathan Silva De Lima*  
 \_\_\_\_\_  
 CPF: 164.142.094-54

*Almir Bruno Lopes*  
 \_\_\_\_\_  
 CPF: 122.766.784-50



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

**GABINETE DO PRESIDENTE**  
**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

CONSIDERANDO os autos do presente processo, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA- PB.**

CONSIDERANDO a determinação prevista na Lei Federal 14.133/2021 e a Portaria N° 002/2024, que regulamenta sobre a Gestão e Fiscalização do Contrato;

CONSIDERANDO, a exigência de informação dos documentos "designação do fiscal do contrato" e "designação do gestor do contrato" no Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do TCE-PB (TRAMITA);

CONSIDERANDO, que a Lei Federal nº 14.133/2021, onde a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

Desta forma, sirvo-me do presente para informar que, no processo em epígrafe a GESTÃO do Contrato Administrativo em referência ficará sob a responsabilidade da José Leite Ferreira.

E, por conseguinte, a FISCALIZAÇÃO do Contrato Administrativo em referência ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Planejamento, representada neste ato pelo(a) chefe do setor da Câmara Municipal de São José de Caiana - PB.

São José de Caiana /PB, 18 de setembro de 2024.

*Helio Dael Araujo Guilhermino*

Hélio Dael Araújo Guilhermino

**Presidente da Câmara do Município de São José de Caiana - PB.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

## JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL Nº 175/1997

São José de Caiana-PB, 18 de setembro de 2024



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**

**Manoel Pereira de Souza**  
Prefeito Constitucional

**Damião Pereira Lopes**  
Secretário de Administração e Controle Interno

**Rafaely Rodrigues Costa**  
Secretaria de Finanças

SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
Rua Vereador Manoel Leite Guimarães, S/N,  
Centro, São José de Caiana – PB, CEP 58.784-000  
CNPJ 08.891.541/0001-69

**DIÁRIO OFICIAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA**  
ORGÃO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
Criado pela Lei Municipal nº 175, de 09.05.1997  
(Distribuição Gratuita)

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

#### **DISPENSA POR VALOR N.º 008/2024**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DO SAGRES, ENVIO DA DIRF, RAIS, DCTFWEB, ATUALIZAÇÃO DE VÍNCULOS, REMUNERAÇÃO E PROCESSOS, INCLUSÃO DE DOCUMENTOS, ACOMPANHAMENTO, PRODUÇÃO E RELATÓRIOS DO E-SOCIAL, ACOMPANHAMENTO MENSAL DE TODOS OS DADOS CADASTRAIS DE SERVIÇOS, GERAÇÃO DE ALISES, TRANSMISSÃO DE RETORNO DE DADOS DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

**FUNDAMENTO:** ART. 75, Inciso II da Lei 14.133/21.

**FONTE DE RECURSO:** Os recursos serão oriundos do Orçamento de 2024, com recursos próprios/FPM/ICMS: 01.010 Câmara Municipal;

01 031 2001 2001- Manutenção das Atividades Legislativas;

Objetivo: Manutenção das Atividades Legislativas

1.500.1000 Recursos não Vinculados de Impostos

Elemento de despesa 3390.3999 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**CONTRATADO:** - SERVCON - SERVIÇOS E CONSULTORIA CONTABIL EIRELI, CNPJ Nº 13.088.113/0001-32, LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 143, 2º ANDAR, ITAPORANGA - PB.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Ratifico, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, o referido processo de Dispensa

São José De Caiana - PB, 18 de setembro de 2024.

HÉLIO DAEL ARAÚJO GUILHERMINO

Presidente da Câmara Municipal de São José De Caiana – PB.

### EXTRATO DE CONTRATO

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.**  
**DISPENSA Nº 008/2024**

**Nº. CONTRATO: 020/2024**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

**CONTRATADO:** SERVCON - SERVIÇOS E CONSULTORIA CONTABIL EIRELI, CNPJ Nº 13.088.113/0001-32, LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 143, 2º ANDAR, ITAPORANGA - PB.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, ENVIO E ACOMPANHAMENTO DO SAGRES, ENVIO DA DIRF, RAIS, DCTFWEB, ATUALIZAÇÃO DE VÍNCULOS, REMUNERAÇÃO E PROCESSOS, INCLUSÃO DE DOCUMENTOS, ACOMPANHAMENTO, PRODUÇÃO E RELATÓRIOS DO E-SOCIAL, ACOMPANHAMENTO MENSAL DE TODOS OS DADOS CADASTRAIS DE SERVIÇOS, GERAÇÃO DE ALISES, TRANSMISSÃO DE RETORNO DE DADOS DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

**VALOR:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**DATA DO CONTRATO:** 18 de setembro de 2024.

**VIGÊNCIA:** até 31 de dezembro de 2024, a contar da assinatura do contrato.

HÉLIO DAEL ARAÚJO GUILHERMINO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

#### **DISPENSA POR VALOR N.º 009/2024**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

**FUNDAMENTO:** ART. 75, Inciso II da Lei 14.133/21.

**FONTE DE RECURSO:** Os recursos serão oriundos do Orçamento de 2024, com recursos próprios/FPM/ICMS: 01.010 Câmara Municipal;

01 031 2001 2001- Manutenção das Atividades Legislativas;

Objetivo: Manutenção das Atividades Legislativas

1.500.1000 Recursos não Vinculados de Impostos

Elemento de despesa 3390.3599 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

3390.3999 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**CONTRATADO:** - SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA-ME, CNPJ Nº 53.582.026/0001-51, localizado na Rua Major Serafim, 179, Bela Vista, Itaporanga -PB



PREFEITURA DE  
**SÃO JOSÉ DE CAIANA**

*Cidadão em primeiro lugar!*

RUA VER. MANOEL LEITE GUIMARÃES, S/N - CENTRO - SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB

CEP: 58784-000 | 83 - 3489 1105 | prefeitura@sjc@gmail.com

CNPJ: 08.891.541/0001-69

Comprovante de publicidade. Doc. 128659/24. Data: 22/11/2024 17:42. Responsável: Helio D. A. Guilhermino.

Impresso por convidado em 19/02/2025 21:10. Validação: 10A4.A2A3.CD0D.B7C7.B56A.64D3.CC46.64DD.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA

## JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI MUNICIPAL Nº 175/1997

**São José de Caiana-PB, 18 de setembro de 2024**

**VALOR GLOBAL:** R\$ 8.000,00 (oito mil reais), valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Ratifico, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, o referido processo de Dispensa

São José De Caiana - PB, 18 de setembro de 2024.

HÉLIO DAEL ARAÚJO GUILHERMINO

**Presidente da Câmara Municipal de São José De Caiana – PB.**

### EXTRATO DE CONTRATO

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.**  
**DISPENSA Nº 009/2024**

**Nº. CONTRATO: 023/2024**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.

**CONTRATADO:** SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA-ME, CNPJ nº 53.582.026/0001-51, localizado na Rua Major Serafim, 179, Bela Vista, Itaporanga -PB, com sua representante a senhora Shennia Liane da Silva Ferreira, portador do CPF nº 048.270.894-85.

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.

**VALOR:** R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**DATA DO CONTRATO:** 18 de setembro de 2024.

**VIGÊNCIA:** até 31 de dezembro de 2024, a contar da assinatura do contrato.

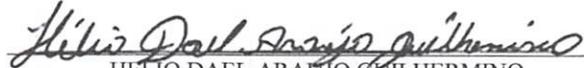
HÉLIO DAEL ARAÚJO GUILHERMINO

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.**

Gabinete da Câmara Municipal de São José de Caiana,  
Estado da Paraíba, em 18 de setembro de 2024.

Publique-se.

Cumpre-se.



HÉLIO DAEL ARAÚJO GUILHERMINO

**VEREADOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA – PB.**

Gabinete do Prefeito Municipal de São José de Caiana –  
PB, 18 de setembro de 2024.

Publique-se.

Cumpre-se.



**MANOEL PEREIRA DE SOUZA**

Prefeito Municipal Constitucional



PREFEITURA DE  
**SÃO JOSÉ DE  
CAIANA**

*Cidadão em primeiro lugar!*

Comprovante de publicidade. Doc. 128659/24. Data: 22/11/2024 17:42. Responsável: Helio D. A. Guilhermino.

Impresso por convidado em 19/02/2025 21:10. Validação: 10A4.A2A3.CD0D.B7C7.B56A.64D3.CC46.64DD.

CNPJ: 08.891.541/0001-69

RUA VER. MANOEL LEITE GUIMARÃES, S/N - CENTRO - SÃO JOSÉ DE CAIANA - PB

CEP: 58784-000 | 83 - 3489.1105 | prefeiturasjc@gmail.com



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

**GABINETE DO PRESIDENTE**  
**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

CONSIDERANDO os autos do presente processo, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA- PB.**

CONSIDERANDO a determinação prevista na Lei Federal 14.133/2021 e a Portaria N° 002/2024, que regulamenta sobre a Gestão e Fiscalização do Contrato;

CONSIDERANDO, a exigência de informação dos documentos "designação do fiscal do contrato" e "designação do gestor do contrato" no Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do TCE-PB (TRAMITA);

CONSIDERANDO, que a Lei Federal nº 14.133/2021, onde a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

Desta forma, sirvo-me do presente para informar que, no processo em epígrafe a GESTÃO do Contrato Administrativo em referência ficará sob a responsabilidade da José Leite Ferreira.

E, por conseguinte, a FISCALIZAÇÃO do Contrato Administrativo em referência ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Planejamento, representada neste ato pelo(a) chefe do setor da Câmara Municipal de São José de Caiana - PB.

São José de Caiana /PB, 18 de setembro de 2024.

*Helio Dael Araujo Guilhermino*

Hélio Dael Araújo Guilhermino

**Presidente da Câmara do Município de São José de Caiana - PB.**



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

### DESPACHO ORÇAMENTÁRIO

**SENHOR PRESIDENTE;**

Vistos etc...

**REF.: PROCESSO LICITATÓRIO POR DISPENSA Nº 009/2024**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA– PB.

Atendendo a vossa solicitação quanto a disponibilidade financeira e dotação orçamentaria, declaro a existência de o valor mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para pagamento da despesa mencionada anteriormente, conforme rubrica orçamentária a seguir especificada:

As despesas conforme especificações no processo de Dispensa de nº 009/2024 são compatíveis com Orçamento de 2024.

01.010 Câmara Municipal;  
 01 031 2001 2001- Manutenção das Atividades Legislativas;  
 Objetivo: Manutenção das Atividades Legislativas  
 1.500.1000 Recursos não Vinculados de Impostos  
 Elemento de despesa 3390.3599 SERVIÇOS DE CONSULTORIA  
 3390.3999 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Declaro** a existência de disponibilidade Orçamentária e financeira, proveniente do Orçamento da Câmara de São José de Caiana – PB, com recursos próprios - Recursos Próprio-OUTROS/OUTROS/DIVERSOS do Objeto deste processo.

São José de Caiana - PB, em 18 de setembro de 2024.

  
 MANUEL LEITE FERREIRA  
 TESOUREIRO



# Certificado da Condição de Microempendedor Individual



## Empresário(a)

### Nome Civil

SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

### CPF

048.270.894-85

### CNPJ

53.582.026/0001-51

### Data de Abertura

20/01/2024

### Nome Empresarial

53.582.026 SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

### Capital Social

15.000,00

### Situação Cadastral Vigente

ATIVA

### Data da Situação Cadastral

20/01/2024

## Endereço Comercial

### CEP

58780-000

### Logradouro

10A RUA MAJOR SERAFIM

### Número

179

### Bairro

BELA VISTA

### Município

ITAPORANGA

### UF

PB

### Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

### Períodos de Enquadramento como MEI

#### Período

1º período

#### Início

20/01/2024

#### Fim

-

## Atividades

### Forma de Atuação

Estabelecimento fixo, Internet

### Ocupação Principal

Digitador(a) independente

### Atividade Principal (CNAE)

8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

### Ocupações Secundárias

Instalador(a) de rede de computadores, independente

Cabeleireiro(a) independente

Locador(a) de móveis e utensílios, inclusive para festas, independente

Comerciante independente de cosméticos e artigos de perfumaria

Proprietário(a) de restaurante, independente

### Atividades Secundárias (CNAE)

6190-6/99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente

9602-5/01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure

7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais

4772-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

5611-2/01 - Restaurantes e similares

Comerciante independente de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
Instrutor(a) de informática, independente	8599-6/03 - Treinamento em informática
Locador(a) de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, independente	7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
Proprietário(a) de casas de festas e eventos, independente	8230-0/02 - Casas de festas e eventos
Locador(a) de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, independente	7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
Locador(a) de máquinas e equipamentos para escritório, independente	7733-1/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
Instrutor(a) de cursos preparatórios, independente	8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos

## **Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento**

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.\*

\* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>53.582.026/0001-51</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>20/01/2024</b>
NOME EMPRESARIAL <b>53.582.026 SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador</b> <b>77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais</b> <b>61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente</b> <b>96.02-5-01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure</b> <b>85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos</b> <b>77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios</b> <b>77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes</b> <b>85.99-6-03 - Treinamento em informática</b> <b>47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo</b> <b>47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b> <b>56.11-2-01 - Restaurantes e similares</b> <b>82.30-0-02 - Casas de festas e eventos</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>		
LOGRADOURO <b>10 R MAJOR SERAFIM</b>	NÚMERO <b>179</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>58.780-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BELA VISTA</b>	MUNICÍPIO <b>ITAPORANGA</b>
		UF <b>PB</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>SHENNIALSF@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(83) 9869-0208</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>20/01/2024</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **17/09/2024** às **17:00:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**

53.582.026/0001-51

**NOME EMPRESARIAL:**

53.582.026 SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

**CAPITAL SOCIAL:**

R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: 53.582.026 SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA**  
**CNPJ: 53.582.026/0001-51**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:12:38 do dia 05/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/10/2024.

Código de controle da certidão: **57F1.777F.2F03.CF83**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# CERTIDÃO

CÓDIGO: **CF29.9298.018F.E386**

Emitida no dia 17/09/2024 às 16:57:39

Nome Empresarial:

53.582.026 SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

Endereço:

MAJOR SERAFIM

Número:

179

Complemento:

Bairro:

BELA VISTA

Município:

ITAPORANGA

CEP:

58780-000

Inscr. Estadual:

16.485.925-0

Situação Cadastral:

ATIVO

CNPJ/CPF:

53.582.026/0001-51

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



# Prefeitura Municipal de Itaporanga

Secretaria de Finanças

Departamento de Administração Tributaria



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO

2042/2024

DATA DA EMISSÃO

17/09/2024

VALIDADE

90 DIAS

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

CAAAAEBAI

### DADOS DO REQUERENTE

<b>Cnpj/Cpf</b> 53.582.026/0001-51	<b>Nome/Razão Social</b> SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA		
<b>Logradouro</b> RUA MAJOR SERAFIM			<b>Número</b> 179
<b>Complemento</b>		<b>Bairro / Cidade</b> BELA VISTA- ITAPORANGA-PB	

### DADOS DA CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, NÃO CONSTA DÉBITOS referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data, para o requerente acima.

### FINALIDADE

PARA COMPROVAR JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E/OU PRIVADOS.

### OBSERVAÇÃO

### PARECER

CERTIFICO para os fins que se fizerem necessários que inexistem em nome do interessado acima citado qualquer débito junto a Fazenda Municipal, ficando ressalvado todavia, o direito da Fazenda Municipal de cobrar todo e qualquer débito que venha a ser posteriormente apurado pelo Município. Para constar, ratifique-se a legitimidade desta Certidão mediante codificação própria para fins de fazer provas junto a quaisquer Órgãos que venham à interessar.

### VALIDAÇÃO

Esta Certidão é válida por 90 dias a contar da data de explicação e sua aceitação está condicionada a verificação de autenticidade através do QR Code, ou na internet, com o Código de verificação, no Portal do Contribuinte, endereço <http://www.itaporanga.pb.gov.br>

**Esta Prefeitura se reserva no direito de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que porventura venham a ser apuradas.**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 53.582.026/0001-51  
**Razão Social:** SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA  
**Endereço:** RUA MAJOR SERAFIM 179 / BELA VISTA / ITAPORANGA / PB / 58780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/09/2024 a 15/10/2024

**Certificação Número:** 2024091622266186160051

Informação obtida em 17/09/2024 16:59:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: 53.582.026 SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 53.582.026/0001-51  
Certidão n°: 23298387/2024  
Expedição: 05/04/2024, às 11:16:04  
Validade: 02/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **53.582.026 SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **53.582.026/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
 TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
 Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 53.582.026/0001-51

Razão Social: SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

Nome Fantasia: SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

**Certidão emitida às 17:10 de 17/09/2024.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **66jj.GfBr**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
 TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
 Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA EXECUÇÃO FISCAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de execução fiscal ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 53.582.026/0001-51

Razão Social: SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

Nome Fantasia: SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA

**Certidão emitida às 17:10 de 17/09/2024.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOM.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **vhay.XNYw**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA GRANDE  
CNPJ: 08.891.830/0001-68  
TEL: (83) 3498-1049

---

### ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atestamos, para os devidos fins e a quem possa interessar, que empresa **SHENNIA LIANE DA SILVA FERREIRA, CNPJ nº 53.582.026/00011-51**, localizada na Rua Major Serafim, 179, Bela Vista, Itaporanga - PB, prestou os serviços especializados para execução da escrituração contábil tributária ao cumprimento das obrigações da Instrução Normativa RFB no 2.043, de 12 de agosto de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).em nossos arquivos que desabone o mesmo.

Para constar da verdade, dato e assino o presente.

Serra Grande-PB, 02 de abril de 2024.

DAVID LOPES DA SILVA  
Secretário Municipal

David Silva Lopes  
Sec. Municipal de Finanças  
Port. 010/2021



ESTADO DA PARAÍBA  
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAIANA  
 "CASA JOÃO LEITE DE LACERDA"  
 CNPJ: 24.508.343/0001-20

**GABINETE DO PRESIDENTE**  
**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

CONSIDERANDO os autos do presente processo, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD – REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA- PB.**

CONSIDERANDO a determinação prevista na Lei Federal 14.133/2021 e a Portaria N° 002/2024, que regulamenta sobre a Gestão e Fiscalização do Contrato;

CONSIDERANDO, a exigência de informação dos documentos "designação do fiscal do contrato" e "designação do gestor do contrato" no Sistema de Tramitação de Processos e Documentos do TCE-PB (TRAMITA);

CONSIDERANDO, que a Lei Federal nº 14.133/2021, onde a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

Desta forma, sirvo-me do presente para informar que, no processo em epígrafe a GESTÃO do Contrato Administrativo em referência ficará sob a responsabilidade da José Leite Ferreira.

E, por conseguinte, a FISCALIZAÇÃO do Contrato Administrativo em referência ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Planejamento, representada neste ato pelo(a) chefe do setor da Câmara Municipal de São José de Caiana - PB.

São José de Caiana /PB, 18 de setembro de 2024.



Hélio Dael Araújo Guilhermino

**Presidente da Câmara do Município de São José de Caiana - PB.**

## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 22/11/2024 às 17:41:54 foi protocolizado o documento sob o Nº 128660/24 da subcategoria Contratos , exercício 2024, referente a(o) Câmara Municipal de São José de Caiana, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Helio Dael Araujo Guilhermino.

Número do Contrato: 000000232024

Data da Publicação: 18/09/2024

Data da Assinatura: 18/09/2024

Data Final do Contrato: 31/12/2024

Valor Contratado: R\$ 8.000,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, SISTEMA APROPRIADO DAS INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DO EFD REINF, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE SÃO JOSÉ DE CAIANA PB.

Contratado (Nome): 53.582.026 Shennia Liane da Silva Ferreira

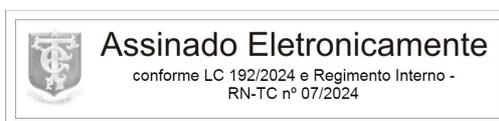
Contratado (CNPJ): 53.582.026/0001-51

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 43

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	10a4a2a3cd0db7c7b56a64d3cc4664dd
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	5f990c17383758d07677a05c83efb75b
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	9b625427d7179e4acc222b3a011e4e56
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	38a18c9602ae57dbbda21a100b57b2b6
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	164a5c2334065e7c1ba7a9062c4deee5
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	164a5c2334065e7c1ba7a9062c4deee5
Designação do gestor do contrato	Sim	164a5c2334065e7c1ba7a9062c4deee5

João Pessoa, 22 de Novembro de 2024



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

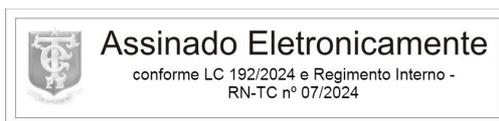
**Documento:** 128659/24**Subcategoria:** Licitações**Jurisdicionado:** Câmara Municipal de São José de Caiana**Exercício:** 2024

## CERTIDÃO

### CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 22/11/2024 às 17:42h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 128660/24 ao Documento 128659/24, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 128659/24:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	22 - 24	38a18c9602ae57dbbda21a100b57b2b6
Designação da fiscalização técnica do contrato	25	164a5c2334065e7c1ba7a9062c4deee5
Comprovante de publicidade	26 - 27	10a4a2a3cd0db7c7b56a64d3cc4664dd
Designação do gestor do contrato	28	164a5c2334065e7c1ba7a9062c4deee5
Comprovação da existência de dotação orçamentária	29	9b625427d7179e4acc222b3a011e4e56
Comprovantes de regularidade da contratada	30 - 43	5f990c17383758d07677a05c83efb75b
Designação do fiscal administrativo do contrato	44	164a5c2334065e7c1ba7a9062c4deee5
RECIBO PROTOCOLO	45	4dfa420b997ad0d0c50c6ed25b8a4285

**João Pessoa, 22 de Novembro de 2024****Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**